

MAPEAMENTO DE MULHERES EM CUMPRIMENTO DE PENA E MEDIDA CAUTELAR NA GRANDE FLORIANÓPOLIS PARA OFERTA DE CAPACITAÇÕES PROFISSIONAIS, LEVANTAMENTO E DIVULGAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE AS ATENDEM EM SANTA CATARINA¹

Gustavo Marques Adão², Clerilei Bier³

¹ Vinculado ao projeto "PROJETO ASAS E RAÍZES: promoção do desenvolvimento social e inclusivo das mulheres em cumprimento de pena ou medida cautelar extramuros do sistema prisional de Santa Catarina, por meio da qualificação profissional no ramo têxtil e da moda."

² Acadêmico do Curso de Administração Pública – ESAG – Voluntário PIVIC - UDESC

³ Orientadora, Departamento de Administração Empresarial – ESAG – clerilei.bier@udesc.br

O projeto "Asas e Raízes" é conduzido na Universidade do Estado de Santa Catarina, e conta com a participação de dois grupos de estudos da universidade, sendo o responsável, o Grupo de Estudos Sapientia do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas - ESAG, coordenado por Clerilei Bier. O projeto teve início em agosto de 2018, através de uma cooperação com o Grupo de Estudos Ecomoda, do Centro de Artes - CEART, idealizado e guiado pela professora Neide Schulte, doutora em Design no ramo de Moda e Sustentabilidade. O objetivo deste era diminuir o impacto da indústria da moda, contribuindo também para geração de mais oportunidades de trabalho e renda para aqueles que veem um curso superior de moda como algo distante. Por outro lado, o projeto Asas e Raízes, iniciado em agosto de 2018, veio com o intuito de dar voz e prática da indústria têxtil e da moda no presídio feminino da Capital do Estado de Santa Catarina, tendo como objetivo geral o estudo do estado da arte das bases conceituais que fundamentam o desenvolvimento social e inclusivo de detentas e egressas do sistema prisional, em ordem a contribuir para a política de ressocialização de mulheres em cumprimento de penas extramuros por meio **da oferta de cursos de profissionalização e elaboração de cartilha informativa a respeito das políticas de atenção e esse público no estado de Santa Catarina.**

Para que isso seja possível, foram estabelecidos objetivos específicos, sendo: contatar e mapear as mulheres com tornozeleira eletrônica e em regime de prisão domiciliar na grande Florianópolis, verificando o interesse em participar de capacitações profissionalizantes; identificar e articular possíveis parcerias que visem à inclusão das mulheres em cumprimento de pena em ações de ressocialização e outras políticas públicas que proporcionem seu restabelecimento na sociedade; contribuir para o fortalecimento da política de ressocialização do gênero feminino enquanto Universidade, efetivando o previsto na Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional – PNAMPE (Portaria nº 210/2014 do Ministério da Justiça), em especial às metas previstas no Art. 2º, incisos II, III, IV e VI; **elaborar cartilha informativa direcionada a essas mulheres para que saibam quais políticas as atendem no Estado (levantamento feito por meio de consulta a documentos oficiais e posterior entrevista com servidores da área).** Como metodologia, foi adotada o mapeamento de todas as mulheres que se encaixavam no perfil proposto, mulheres com tornozeleira eletrônica em prisão domiciliar, para que após levantamento, ser iniciado o contato com elas para a participação nas capacitações, acontecendo também divulgações em presídios de Florianópolis, Tijucas e Itajaí, a

fim de encontrar mais mulheres que possuem o desejo de participar. Desde 2018 foi iniciada a negociação de convênio com a Secretaria de Administração Prisional (SAP), para que o projeto se consolidasse e assim fosse possível realizar pesquisas mais embasadas. O convênio começou a tramitar em setembro de 2019, sendo efetivado em outubro, onde foi estabelecido que as capacitações seriam realizadas extramuros, com início em fevereiro de 2020. Em conjunto com o SAP, foi iniciada uma busca por um local para a realização das capacitações, sendo uma das entregas que seria feita em parceria com a Secretaria. No levantamento, foi encontrada uma sala na Escola de Ensino Básico Jurema Cavalazzi, localizada no Bairro José Mendes, porém, não foi possível viabilizar as aulas visto o estado da sala de aula disponível. Para que o objetivo se tornasse de fato realidade, eram necessárias parcerias externas para o alcance das metas estipuladas. Com isso, o Projeto foi inscrito para captação de recursos, através do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados (FRBL), que é o fundo que beneficia a sociedade com dinheiro oriundo de condenações, multas e acordos judiciais e extrajudiciais, quando se trata de danos que são causados à coletividade em áreas como o meio ambiente, consumidor e patrimônio histórico. Em novembro de 2019, houve uma visita ao Presídio Feminino de Florianópolis, para realização de um dos focos expostos na metodologia, sendo possível realizar as divulgações das capacitações que seriam oferecidas e também o mapeamento do interesse das detentas em participar das aulas. Em 2020 o projeto foi paralisado, por conta da pandemia mundial, que em março, levou à suspensão das aulas na UDESC e das ações do projeto, cuja retomada está prevista para o primeiro semestre de 2021.



Palavras-chave: Mulheres presas. Ressocialização. Penas alternativas.